

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

INTERNET: DINÂMICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA E INTERNACIONAL

DANIELLE JACON AYRES PINTO

GUSTAVO RABAY GUERRA

JOSÉ RENATO GAZIERO CELLA

JÉSSICA FACHIN

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Cláudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

I61

Instituições de segurança pública internacional[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Danielle Jacon Ayres Pinto, Gustavo Rabay Guerra, José Renato Gaziero Cella, Jéssica Fachin – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-285-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Internet. 3. Segurança pública internacional. XXXII

Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

INTERNET: DINÂMICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA E INTERNACIONAL

Apresentação

No XXII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2025, o Grupo de Trabalho - GT “Internet: Dinâmicas da Segurança Pública e Internacional”, que teve lugar na tarde de 28 de novembro de 2025, destacou-se no evento não apenas pela qualidade dos trabalhos apresentados, mas pelos autores dos artigos, que são professores pesquisadores acompanhados de seus alunos pós-graduandos. Foram apresentados artigos objeto de um intenso debate presidido pelos coordenadores.

Esse fato demonstra a inquietude que os temas debatidos despertam na seara jurídica. Cientes desse fato, os programas de pós-graduação em direito empreendem um diálogo que suscita a interdisciplinaridade na pesquisa e se propõe a enfrentar os desafios que as novas tecnologias impõem ao direito. Para apresentar e discutir os trabalhos produzidos sob essa perspectiva.

Os artigos que ora são apresentados ao público têm a finalidade de fomentar a pesquisa e fortalecer o diálogo interdisciplinar em torno do tema “Internet: Dinâmicas da Segurança Pública e Internacional”. Trazem consigo, ainda, a expectativa de contribuir para os avanços do estudo desse tema no âmbito da pós-graduação em direito, apresentando respostas para uma realidade que se mostra em constante transformação.

Os Coordenadores

Prof. Dr. José Renato Gaziero Cella

Prof. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto

Prof. Dr. Gustavo Rabay Guerra

Prof. Dra. Jéssica Fachin

SEGURANÇA PÚBLICA, VIGILÂNCIA ALGORÍTMICA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: O CASO SMART SAMPA

PUBLIC SECURITY, ALGORITHMIC SURVEILLANCE AND CONSTITUCIONAL SAFEGUARDS: THE SMART SAMPA CASE

Breno de Carvalho Monteiro ¹

Resumo

O presente artigo analisa criticamente o programa denominado “Smart Sampa”, iniciativa de videomonitoramento por reconhecimento facial implementada pela Prefeitura de São Paulo. A política é apresentada por seus defensores como resposta tecnológica à criminalidade urbana, especialmente por setores conservadores, sustentando-se no discurso de eficiência e modernização da segurança pública. No entanto, a análise quantitativa, baseada no método Difference-in-Differences, não identificou impactos estatisticamente significativos sobre a redução dos índices criminais nem sobre a produtividade policial no período analisado. Paralelamente, o estudo investiga riscos jurídicos e sociais associados à vigilância algorítmica, incluindo potenciais violações de direitos fundamentais, reforço de práticas discriminatórias e ampliação da governamentalidade neoliberal. A pesquisa combina fundamentação teórica em autores como Michel Foucault, Shoshana Zuboff, David Harvey, Byung-Chul Han e Achille Mbembe com dados empíricos extraídos de fontes oficiais, articulando elementos críticos e metodológicos. Conclui-se que o Smart Sampa representa mais uma estratégia de gestão securitária baseada em controle e espetáculo do que uma política efetiva de segurança pública. Recomenda-se que futuras iniciativas considerem limites legais, garantias de transparência e mecanismos de prestação de contas, a fim de evitar a naturalização de tecnologias potencialmente lesivas a liberdades e direitos fundamentais.

Palavras-chave: Monitoramento, Reconhecimento facial, Direitos fundamentais, Políticas públicas, Smart sampa

Abstract/Resumen/Résumé

This article critically analyzes the “Smart Sampa” program, a facial recognition video surveillance initiative implemented by the São Paulo City Government. The policy is presented by its supporters as a technological response to urban crime, particularly by conservative sectors, grounded in a discourse of efficiency and modernization of public security. However, a quantitative analysis based on the Difference-in-Differences method found no statistically significant impact on crime reduction or police productivity during the analyzed period. In parallel, the study examines legal and social risks associated with algorithmic surveillance, including potential violations of fundamental rights, reinforcement

¹ Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC).

of discriminatory practices, and the expansion of neoliberal governance. The research combines theoretical foundations from authors such as Michel Foucault, Shoshana Zuboff, David Harvey, Byung-Chul Han e Achille Mbembe with empirical data from official sources, articulating both critical and methodological elements. The conclusion is that Smart Sampa represents more a security management strategy based on control and spectacle than an effective public security policy. It is recommended that future initiatives consider legal limits, transparency guarantees, and accountability mechanisms to prevent the normalization of technologies potentially harmful to freedoms and fundamental rights.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Surveillance, Facial recognition, Fundamental rights, Public policies, Smart sampa

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo tem sido, nas últimas décadas, um terreno fértil para a experimentação de políticas públicas voltadas à tecnificação da gestão urbana. Em especial na área de segurança pública, a adoção de soluções digitais tem se intensificado, impulsionada por uma crença difusa na capacidade da tecnologia de resolver problemas estruturais da sociedade. O projeto *Smart Sampa*, concebido como uma rede de videomonitoramento urbano baseada em câmeras com reconhecimento facial, ilustra essa tendência. Apresentado como um avanço técnico-administrativo, ele tem sido promovido por autoridades locais como símbolo de modernização e eficiência, especialmente diante da opinião pública sensibilizada pela insegurança urbana.

Contudo, a adesão a esse tipo de solução tecnológica levanta uma série de questões. Por um lado, estudos empíricos e estatísticos revelam que os impactos concretos da vigilância por reconhecimento facial sobre os indicadores criminais são, na melhor das hipóteses, inexistentes; por outro, sua implementação traz consigo riscos significativos à democracia e aos direitos fundamentais. A suposta neutralidade dos algoritmos esconde o fato de que essas tecnologias frequentemente reproduzem e amplificam desigualdades já existentes, penalizando desproporcionalmente populações negras, periféricas e historicamente marginalizadas.

Do ponto de vista teórico, a difusão dessas tecnologias deve ser compreendida à luz de um contexto político mais amplo: o avanço do neoliberalismo como racionalidade de governo. Tal como definido por autores como Michel Foucault (2008), David Harvey (2005) e Leda Paulani (2006), o neoliberalismo não é apenas um conjunto de medidas econômicas, mas uma forma de reorganização do Estado, da sociedade e do sujeito. Nesse modelo, o Estado deixa de ser garantidor de direitos sociais e passa a operar como gestor da ordem, da produtividade e do risco. A substituição de políticas sociais por mecanismos de controle se torna, assim, uma expressão concreta dessa lógica governamental.

No campo da segurança pública, isso se manifesta na priorização de estratégias repressivas e punitivistas em detrimento de abordagens preventivas e estruturais. Em vez de enfrentar as causas da violência — como desigualdade social, exclusão educacional, desemprego e racismo estrutural —, o Estado neoliberal investe em dispositivos tecnológicos que tornam os corpos visíveis, rastreáveis e categorizáveis. Como observa Byung-Chul Han

(2015), a sociedade contemporânea migra do paradigma disciplinar para o paradigma do controle digital, em que a vigilância se torna descentralizada, contínua e invisível, operando por meio de dados, perfis e probabilidades.

O *Smart Sampa* se insere precisamente nessa lógica: uma política de vigilância que, ao mesmo tempo que é incapaz de enfrentar efetivamente os problemas de segurança pública, aprofunda a militarização do cotidiano e fragiliza garantias democráticas básicas. A cidade, nesse modelo, é transformada em um espaço de gestão algorítmica, onde determinados territórios e sujeitos são alvos preferenciais de observação e intervenção. Trata-se, como diria Giorgio Agamben (2004), da expansão do “estado de exceção” à vida urbana ordinária, em que a exceção se torna a regra sob o pretexto da segurança. É, assim, expressão de violação dos direitos fundamentais sob discurso de sua proteção.

Além disso, não se pode ignorar o uso político dessas tecnologias. O marketing institucional em torno do *Smart Sampa*, exemplificado por iniciativas como o “prisômetro”, revela como a vigilância digital é mobilizada para fins eleitorais e de legitimação simbólica. A eficiência é presumida no discurso público, os dados são ocultados ou distorcidos, e o debate público é substituído por narrativas de salvacionismo tecnológico. Essa dinâmica reforça o afastamento entre Estado e sociedade civil, esvaziando os espaços de deliberação democrática e concentrando poder em agentes privados ao invés do poder público em si.

Bruno Pantaleão e Pablo Nunes (2025) demonstram que, na realidade, o *Smart Sampa* não ajudou a diminuir os índices de violência urbana em São Paulo, ao contrário do que aponta o discurso oficial que motivou a instalação das câmeras e é replicado por atores políticos vinculados à administração municipal. O estudo evidenciou que não houve redução no número de roubos, furtos e homicídios, e não foi registrado aumento no nível de produtividade policial, compreendido a partir dos índices de realizações de prisões em flagrante e cumprimentos de mandados judiciais de prisão. Durante cerca de um ano e cinco meses de implementação do programa — entre fevereiro de 2024 e julho de 2025 — não se registrou melhora expressiva nos números, que pudesse justificar o discurso de efetividade da segurança pública ao troco da vulneração de direitos fundamentais, o que vai de encontro tanto com a justificativa de implementação quanto com o discurso político que domina a matéria.

Neste artigo, propõe-se uma análise crítica e empírica do programa *Smart Sampa*, com base em métodos quantitativos e em uma leitura teórica que articula vigilância, neoliberalismo e exclusão social. Busca-se compreender não apenas a eficácia (ou ineficácia)

da política em termos de segurança, mas sobretudo suas implicações mais profundas sobre a democracia, os direitos fundamentais e o próprio projeto de cidade que se está construindo.

2. CONTEXTO E DISCURSO POLÍTICO

A implantação do programa *Smart Sampa* pela Prefeitura de São Paulo insere-se em um cenário mais amplo de reconfiguração das políticas urbanas sob a influência da ideologia do pensamento neoliberal, dentro de qual a segurança pública é anunciada como um produto, e, logo, objeto de intensa tecnificação e mercantilização. Desde os anos 1990, a capital paulista tem assistido a uma crescente associação entre gestão urbana e lógica empresarial, refletindo o ideário de eficiência, racionalização de custos e controle social seletivo. O uso de tecnologias de vigilância nesse contexto não é neutro nem desprovido de intencionalidades políticas: trata-se de uma ferramenta funcional à administração de desigualdades, à manutenção da ordem e à produção de subjetividades obedientes.

O programa foi anunciado como parte de um esforço para modernizar os mecanismos de segurança e ampliar a sensação de proteção da população. Contudo, desde o edital, surgiram indícios claros de que o foco da política não era a universalização da segurança, mas o reforço do controle sobre determinados grupos sociais. A exigência de que o sistema fosse capaz de identificar “atitudes suspeitas” e comportamentos como “vadiagem” — termo com conotação histórica profundamente racista e classista — revela a persistência de categorias jurídicas herdadas do período escravocrata e da República Velha, quando o Código de Posturas Municipais e as leis de contravenções eram usadas para disciplinar a população negra recém-liberta.

Essa ressignificação contemporânea da “vadiagem” sob roupagem tecnológica reatualiza os dispositivos de criminalização da pobreza, agora mediados por câmeras, algoritmos e bancos de dados. A segurança pública, nesse modelo, deixa de ser concebida como um direito coletivo e passa a operar como dispositivo de contenção das “ameaças” aos espaços de circulação privilegiados — notadamente, as áreas centrais, comerciais e turísticas da cidade. A periferia e seus moradores, por sua vez, são vistos não como cidadãos a serem protegidos, mas como suspeitos em potencial, passíveis de vigilância contínua.

Essa lógica é reforçada pela própria composição do consórcio contratado para a instalação e operação das câmeras, que inclui empresas envolvidas em investigações por corrupção, demonstrando a promiscuidade entre interesses privados e gestão pública. O

investimento em tecnologias de alta complexidade, sem a devida transparência e prestação de contas, revela o grau de captura do poder público por setores empresariais especializados em segurança, tecnologia e controle social. O Estado, em vez de regulador desses interesses, atua como simples facilitador e financiador, aprofundando sua submissão à lógica do mercado e aos interesses comerciais das empresas.

Além disso, o caráter eleitoreiro do programa se tornou evidente na instrumentalização midiática do chamado “prisômetro” — painel eletrônico instalado em locais públicos para divulgar em tempo real o número de prisões realizadas com apoio das câmeras. Essa iniciativa, longe de promover a transparência, transforma a política de segurança em espetáculo, em que o valor simbólico da repressão se sobrepõe a qualquer análise crítica sobre eficácia, legalidade ou impacto social.

Tal cenário mantém a segurança pública constantemente sujeita às pressões mercadológicas, pois a massificação do discurso vigilante e punitivista revela-se particularmente muito atraente para as empresas responsáveis pela instalação e manutenção dos equipamentos. Ao mesmo tempo, os entes públicos vinculados aos poderes públicos municipais e às forças policiais se beneficiam politicamente do programa, gerando uma retroalimentação de interesses que é inerente ao modelo neoliberal: Estado e mercado fomentando uma demanda social que mitiga direitos fundamentais, sob justificativa de eficácia, mas, ao fim e a cabo, servindo como bandeja de interesses terceiros. É esse o contexto que justifica uma análise mais aprofundada do *Smart Sampa*, tanto em seus resultados objetivos quanto nas implicações políticas e sociais de sua implantação. Não se trata apenas de avaliar se a tecnologia “funciona” — mas de perguntar: para quem ela funciona? Quem são os beneficiários e quem são os prejudicados? Quais visões de cidade, de segurança e de cidadania estão sendo promovidas ou excluídas por essa política.

Embora o programa *Smart Sampa* tenha sido amplamente defendido pela Prefeitura de São Paulo como uma inovação tecnológica capaz de reduzir a criminalidade e ampliar a segurança pública, os dados disponíveis não corroboram tais afirmações. Analisando-se os principais indicadores criminais — furtos, homicídios e roubos — e de produtividade policial — prisões em flagrante e por mandado judicial —, não se identificaram efeitos estatisticamente significativos decorrentes da implementação do sistema de reconhecimento facial. A despeito de seu alto custo e da centralidade assumida no discurso político, especialmente pelo prefeito Ricardo Nunes, o programa não apresentou impacto mensurável na redução de crimes ou no aumento da eficiência policial, revelando-se mais eficiente como

instrumento de marketing político do que como política pública baseada em evidências empíricas. Os resultados das análises, contidos no estudo de Bruno Pantaleão e Pablo Nunes (2025), ilustram a ausência de relação causal robusta entre a operação do *Smart Sampa* e a melhoria dos indicadores de segurança na capital paulista, esvaindo por terra o discurso político que deu sustentação à instituição do programa e, posteriormente, serviu como propaganda política da gestão municipal durante o pleito eleitoral de 2024.

Conforme destaca Genghini (2025), a gestão de dados pelas forças de segurança pública sem adequada normatização e controle democrático amplia riscos de arbitrariedade, fragilizando garantias constitucionais fundamentais. Essa análise contribui para aprofundar a crítica aqui apresentada ao uso indiscriminado de tecnologias como o reconhecimento facial.

Nesse sentido, Genghini (2025) analisa a tensão entre o poder de polícia ostensiva e a proteção de direitos fundamentais, evidenciando que a ausência de um marco regulatório específico para o uso de dados pessoais em atividades de vigilância abre espaço para abuso estatal. Tal contribuição reforça a necessidade de políticas públicas que conciliem eficiência na segurança com respeito à dignidade humana, realizando o devido sopesamento entre direitos fundamentais e efetividade da política pública. A grande tensão é compreender a problemática que reside no questionamento se a política pública, em si, tutela um direito fundamental e, assim, poderia ser contraditório justificar sua mitigação em nome da proteção de outros direitos fundamentais.

Ocorre, porém, que tal debate ganha contornos jurídicos diversos quando se trata de segurança pública, que é a política pública voltada por excelência à limitação de direitos fundamentais para tutela do pacto social em aspecto criminal. Nesse sentido, Genghini (2025) ensina que os dados não são apenas direitos em abstrato utilizados como forma de limitar eventual ação no campo da segurança pública. Eles estão contidos no rol dos direitos que compõem o próprio direito fundamental à identidade, impondo uma análise criteriosa sobre o discurso que fomenta a criação de políticas públicas limitadoras, e a prática dos números após a implementação destas.

Diante de tais elementos, faz-se necessário superar a visão tecnocrática que reduz a segurança pública a um problema de “gestão de dados” e adotar uma perspectiva crítica que a compreenda como campo de disputa social, política e ideológica. Isso exige refletir sobre as continuidades entre o passado autoritário e o presente algorítmico, sobre os silêncios das promessas de inovação e sobre os corpos que continuam sendo invisibilizados, monitorados ou descartados em nome da segurança e da manutenção de um discurso vigilante que faz a

segurança pública ganhar contornos de verdadeira mercadoria, e não uma política pública séria que demanda formação de agenda, formulação, adoção implementação e avaliação (Dye, 2016).

2.1. RISCOS SOCIAIS E JURÍDICOS

A adoção de tecnologias de vigilância baseadas em reconhecimento facial em políticas públicas de segurança, como no caso do programa *Smart Sampa*, impõe um conjunto relevante de riscos sociais, jurídicos e éticos que ainda não foram plenamente enfrentados pelo ordenamento jurídico brasileiro. O uso dessas ferramentas, promovido como símbolo de inovação e eficiência, muitas vezes ignora suas consequências discriminatórias e seus potenciais de violação de direitos fundamentais.

Em primeiro lugar, os estudos sobre viés algorítmico têm demonstrado reiteradamente que os sistemas de reconhecimento facial apresentam margens de erro significativamente maiores para rostos de pessoas negras, mulheres e indivíduos mais velhos. Pesquisas como o relatório *Gender Shades* (Buolamwini e Gebru, 2018) e estudos do *National Institute of Standards and Technology (NIST, 2019)* apontam falhas estruturais nos algoritmos utilizados, resultado de conjuntos de dados enviesados e da lógica matemática que reproduz padrões históricos de exclusão. Tais distorções técnicas, ao serem aplicadas em contextos reais de policiamento, contribuem para a perpetuação de desigualdades raciais e sociais, transformando a tecnologia em mais um instrumento de seletividade penal.

No caso específico do *Smart Sampa*, já foram documentados erros gravíssimos de identificação, como a prisão indevida de uma mulher grávida em uma unidade de saúde e a abordagem de um policial militar uniformizado como “foragido” pelo sistema. Esses episódios, que ganharam notoriedade na mídia, não foram suficientes para suspender ou revisar a política. Ao contrário, a Prefeitura manteve sua defesa intransigente do programa, revelando a precariedade dos mecanismos de responsabilização e a fragilidade institucional no enfrentamento dos abusos tecnológicos.

A situação torna-se ainda mais preocupante diante da ausência de uma legislação específica que regule o uso do reconhecimento facial em políticas públicas no Brasil. O país não possui um marco legal claro que delimite as condições de coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados biométricos sensíveis. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), embora importante, não foi desenhada para lidar com a complexidade das

tecnologias de segurança e não prevê mecanismos específicos de accountability para sistemas de vigilância estatal em espaços públicos.

Essa lacuna normativa cria um ambiente de insegurança jurídica e de ampla margem para abusos. Não há exigência legal de auditorias externas, tampouco protocolos obrigatórios de impacto regulatório ou participação social prévia. A opacidade sobre os algoritmos utilizados, os critérios de decisão, os bancos de dados acessados e os parceiros privados envolvidos torna impossível o controle social efetivo e compromete o princípio da legalidade estrita, pilar do Estado de Direito.

Além das violações à privacidade, o uso do reconhecimento facial em larga escala fere também os direitos à liberdade de expressão, de reunião e de protesto, especialmente em contextos de mobilização social. A vigilância permanente inibe a atuação de movimentos populares, criminaliza a dissidência e desencoraja o exercício da cidadania plena. Como alertam autores como Shoshana Zuboff (2019), a expansão do “capitalismo de vigilância” por meio do Estado representa um risco à democracia, pois promove a internalização do controle e a normalização da suspeição.

É fundamental compreender que, em contextos marcados por racismo estrutural, desigualdade social e seletividade penal — como o brasileiro —, a adoção de tecnologias de vigilância não ocorre sobre um terreno neutro, mas sim sobre uma base histórica de violência institucionalizada. Como destaca Silvio Almeida (2019), o racismo não é apenas uma discriminação individual, mas uma lógica estrutural que organiza instituições, práticas e políticas públicas. Inserir o reconhecimento facial nesse cenário, sem salvaguardas robustas, é potencializar ainda mais os efeitos excludentes e punitivistas do sistema.

Portanto, os riscos sociais e legais associados ao *Smart Sampa* não são colaterais nem pontuais, mas centrais ao próprio desenho e funcionamento da política. Ignorá-los é comprometer os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação. Qualquer política de segurança deve estar subordinada à Constituição e aos tratados internacionais de direitos humanos, o que exige controle externo, transparência, avaliação de impacto e ampla participação democrática. Nada disso, contudo, está presente na atual formulação do programa.

3. GOVERNAMENTABILIDADE NEOLIBERAL

A ascensão do programa *Smart Sampa* não pode ser compreendida apenas como uma escolha administrativa isolada, mas como sintoma de uma mutação mais profunda no modo como o Estado exerce poder e administra os corpos e os territórios urbanos. Essa mutação está diretamente vinculada àquilo que Michel Foucault (2008) denomina de *governamentalidade neoliberal*: uma racionalidade política que transforma o governo da sociedade em uma gestão baseada em eficiência, risco, desempenho e controle. O Estado, sob essa lógica, deixa de operar prioritariamente como provedor de direitos e passa a atuar como regulador do mercado e gestor da insegurança.

A segurança pública, nesse paradigma, abandona suas dimensões sociais e passa a ser tratada como problema de gestão estatística, monitoramento preditivo e neutralização de ameaças potenciais. Como afirma Didier Bigo (2006), não se trata mais de proteger contra delitos cometidos, mas de identificar comportamentos desviantes antes que eles aconteçam. O reconhecimento facial, nesse sentido, insere-se em um sistema mais amplo de governança algorítmica, que transforma indivíduos em *perfis de risco* e corpos em *dados monitoráveis*.

Essa lógica é legitimada por uma narrativa de modernização e inovação tecnológica, profundamente sedutora em tempos de precariedade institucional. No entanto, como alerta David Lyon (2001), a sociedade da vigilância não apenas coleta informações — ela também classifica, hierarquiza e produz desigualdade. A vigilância não é universal, mas seletiva: atinge mais intensamente os corpos racializados, pobres, dissidentes e periféricos. Ao ser aplicada em um contexto como o brasileiro, marcado por racismo estrutural, segregação urbana e desigualdades brutais, essa tecnologia potencializa práticas já seletivas do sistema penal.

No caso do *Smart Sampa*, o uso intensivo de vigilância automatizada camufla, sob o discurso de eficiência e neutralidade, a continuidade de práticas históricas de criminalização da pobreza. O reconhecimento facial não cria, mas atualiza digitalmente as estruturas do controle colonial. Como aponta Achille Mbembe (2018), vivemos uma era de necropolítica, em que o poder decide quais vidas devem ser protegidas e quais podem ser descartadas. A vigilância, nesse sentido, torna-se instrumento de gestão da morte simbólica e, muitas vezes, física dos sujeitos tidos como excedentes sociais.

A governamentalidade neoliberal opera justamente ao deslocar o foco da política pública: substitui a justiça social por eficiência técnica, a responsabilidade coletiva por decisões automatizadas, e a cidadania por performance. Como mostra Shoshana Zuboff (2019), estamos diante da consolidação do “capitalismo de vigilância”, no qual os dados

extraídos da vida cotidiana são transformados em ativos financeiros, inclusive pelas mãos do próprio Estado. Nesse modelo, os cidadãos não são mais sujeitos de direitos, mas objetos de controle contínuo — e de exploração algorítmica.

Ao priorizar investimentos em câmeras, softwares de monitoramento e sistemas de “inteligência artificial” voltados para o policiamento, o poder público reforça uma concepção de cidade como espaço de ameaça permanente, onde a segurança é garantida não pela coesão social, mas pelo isolamento, pela desconfiança e pelo controle visual. A cidade torna-se um espaço vigiado em tempo real, onde o olhar das máquinas substitui o pacto democrático. Trata-se, como diz Byung-Chul Han (2015), da substituição da disciplina pela *transparência coercitiva*, em que o sujeito é permanentemente exposto, rastreado e classificado.

É preciso, portanto, recusar a ideia de que a vigilância automatizada é inevitável ou benigna. A expansão do reconhecimento facial nas cidades, longe de representar um avanço civilizatório, configura um grave retrocesso democrático. Não se trata apenas de discutir os “riscos” dessas ferramentas, mas de denunciar a própria lógica que as sustenta: uma racionalidade política que transforma segurança em espetáculo, cidadania em suspeição e espaço público em campo de controle militarizado.

No caso brasileiro, essa lógica ganha contornos ainda mais preocupantes, dada a histórica seletividade do sistema penal e o legado autoritário de sua estrutura de segurança. A governamentalidade neoliberal, ao incorporar os instrumentos da tecnociência para fins de repressão, converge com práticas que remontam à ditadura e às políticas de “limpeza social” do período pós-abolicionista. O que muda, hoje, é o revestimento tecnológico: algoritmos substituem policiais, bancos de dados substituem investigações, e *dashboards* substituem o debate público.

Confrontar esse modelo exige mais do que ajustes legais ou normas de compliance. É necessário um questionamento profundo da função que o Estado assume no neoliberalismo: se continuará sendo um gestor de riscos voltado à vigilância dos “indesejáveis”, ou se retornará à sua vocação democrática de promover igualdade, justiça e bem-estar. A crítica à vigilância desenfreada é, em última instância, uma defesa da política como espaço de consagração dos direitos fundamentais.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA E RESULTADOS OBTIDOS

Para avaliar a efetividade do *Smart Sampa*, optou-se pela utilização da metodologia de Diferença em Diferenças (*Difference-in-Differences*), que é amplamente empregada na avaliação de políticas públicas. Essa técnica estatística permite estimar os efeitos causais de uma intervenção ao comparar dois grupos ao longo do tempo: um que foi exposto à política (grupo tratado) e outro que não foi (grupo controle).

No caso em análise, o grupo tratado compreende as delegacias da cidade de São Paulo, enquanto o grupo controle inclui as delegacias dos demais municípios paulistas. Os dados foram coletados junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado e referem-se a indicadores como furtos, roubos, homicídios, prisões em flagrante e por mandado judicial. Além disso, foi realizada uma especificação alternativa que excluiu cidades limítrofes à capital, como forma de evitar o fenômeno do transbordamento espacial (*spillover*), que poderia contaminar os resultados. Também foram empregados gráficos do tipo *event-study*, permitindo observar visualmente o comportamento dos indicadores antes e depois da intervenção.

A análise empírica conduzida por Bruno Pantaleão e Pablo Nunes (2025) se deu com base na metodologia de Diferença em Diferenças (*Difference-in-Differences*), e revelou que a implementação do programa *Smart Sampa* não produziu efeitos estatisticamente significativos sobre os principais indicadores de segurança pública. Os dados colhidos junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, relativos a furtos, roubos, homicídios e produtividade policial (prisões em flagrante e cumprimento de mandados), demonstraram que os padrões observados nas delegacias da capital não se diferenciaram substancialmente daqueles verificados em outras regiões do estado não contempladas pelo programa.

Mesmo com a exclusão de cidades limítrofes à capital — para controle de efeitos de transbordamento espacial (*spillover*) — os resultados permaneceram inalterados, o que reforça a conclusão de que o *Smart Sampa*, ao menos no horizonte temporal analisado, não apresentou impacto mensurável sobre a dinâmica criminal paulistana. Os gráficos de séries temporais (*event-study*) também não identificaram descontinuidades nos indicadores após o início da operação do sistema, o que enfraquece o discurso oficial de que o programa teria aumentado a eficácia da repressão ou prevenido delitos.

Do ponto de vista quantitativo, portanto, a iniciativa fracassa em cumprir as promessas centrais que lhe conferiram legitimidade pública. Isso coloca em xeque não apenas a sua utilidade prática, mas também a racionalidade que a sustenta: a ideia de que mais vigilância implica automaticamente em mais segurança. Tal premissa é criticada por autores

como David Garland (2001), que aponta para o deslocamento das políticas criminais modernas do campo da prevenção para o campo da gestão do risco e da performance institucional.

Essa ausência de resultados concretos não é surpreendente se considerarmos que a violência urbana é fenômeno multidimensional, com raízes em desigualdades sociais históricas, ausência de políticas públicas, marginalização territorial e desestruturação das redes comunitárias. Nenhuma tecnologia — por mais sofisticada que seja — pode, por si só, resolver questões estruturais que escapam à lógica do controle algorítmico. Como alerta Mariana Valverde (2011), a segurança pública dentro do pensamento neoliberal tende a ser reduzida a uma questão técnica e administrativa, esvaziada de suas complexidades políticas e sociais.

Adicionalmente, a ênfase no número de prisões como critério de sucesso da política evidencia uma confusão conceitual recorrente entre atividade policial e efetividade. O aumento (ou a manutenção) das estatísticas de prisão pode refletir apenas maior visibilidade de condutas já existentes, e não necessariamente uma redução da criminalidade. Além disso, a priorização de prisões em flagrante ou por mandado, como objetivo do sistema, pode resultar em práticas seletivas, focadas em delitos de menor complexidade e em alvos já estigmatizados pelo aparato policial.

A ausência de efeitos também levanta questões sobre o custo-benefício do programa. Considerando o alto investimento público em infraestrutura, equipamentos e contratos com empresas privadas, é necessário avaliar se os recursos empregados não poderiam ter sido mais bem utilizados em políticas de prevenção, educação, cultura ou fortalecimento comunitário. A lógica que privilegia o investimento em tecnologias repressivas em detrimento de políticas sociais denota uma escolha política clara: a de tratar os efeitos da desigualdade com mecanismos de controle, em vez de enfrentar suas causas.

A discrepância entre promessas e realidade já havia levado à desinstalação de câmeras de vigilância em Times Square na década de 1990, principal núcleo comercial de Nova York, além de cidades estadunidenses como Miami Beach, Newark e White Plains. Mais recentemente, em 2013, San Diego (Califórnia) retirou suas câmeras de fiscalização de semáforos em 2013, cumprindo promessa eleitoral. Em outros lugares como Mississippi e College Station (Texas), dispositivos similares foram tornados ilegais ou removidos após referendos públicos

Por fim, cabe destacar que o fracasso do programa em produzir os resultados prometidos não foi acompanhado de uma reavaliação institucional ou de abertura ao debate público. Pelo contrário, o discurso oficial insiste em sua suposta eficácia, promovendo uma espécie de ilusão tecnológica que, como afirma Evgeny Morozov (2013), despolitiza os problemas sociais e transforma soluções automatizadas em fetiches ideológicos. Assim, o fracasso empírico não resulta em revisão, mas em reafirmação do projeto, revelando o quanto está entranhado em uma lógica de governo que valoriza a vigilância como fim em si mesmo.

5. CONCLUSÕES FINAIS

Os resultados apresentados por Bruno Pantaleão e Pablo Nunes (2025) demonstram que o programa *Smart Sampa*, embora altamente promovido e financiado com recursos públicos, não alcançou os objetivos propostos de forma mensurável. A criminalidade não foi reduzida e a produtividade policial não aumentou, conforme evidenciado pelos indicadores analisados, sugerindo que os índices de violência provavelmente não são resultado de falta de vigilância social ou mesmo indicativo de necessidade de recrudescimento penal.

Ao exato revés, tais números revelam que, muito provavelmente, a violência está correlacionada com o desenvolvimento social, os índices de desenvolvimento humano e a efetiva presença estatal em determinada localidade, especialmente a fim de garantir condições existenciais básicas no que diz respeito aos direitos fundamentais. Em um cenário de escassez de recursos e de crescente desconfiança da população em relação às instituições, investir em tecnologias caras e ineficientes representa um desperdício de verbas e uma ameaça à cidadania.

Esta pesquisa apresenta caráter inédito no cenário acadêmico nacional ao combinar uma avaliação empírica rigorosa com uma análise teórica crítica sobre o uso do reconhecimento facial na segurança pública. Em um contexto de expansão acelerada das tecnologias de vigilância no Brasil, o estudo fornece evidências atualizadas e concretas que demonstram a ausência de impacto estatisticamente significativo do programa *Smart Sampa* sobre os índices criminais e a produtividade policial. Ao mesmo tempo, identifica e problematiza riscos jurídicos e sociais relevantes, como potenciais violações de direitos fundamentais, reforço de discriminações estruturais e aprofundamento da governamentalidade neoliberal. Essa abordagem interdisciplinar, que integra dados quantitativos, teoria crítica e análise jurídica, preenche uma lacuna evidente na literatura nacional e internacional,

oferecendo subsídios práticos e normativos para o debate legislativo, o controle social e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Ao traduzir resultados técnicos em implicações jurídicas e políticas, este trabalho fortalece a agenda contemporânea de proteção de direitos no uso de tecnologias de vigilância no Brasil.

Diante disso, é necessário repensar as prioridades da política de segurança pública. Soluções tecnológicas não devem ser descartadas, mas precisam ser usadas com cautela, sob regulação rigorosa e com base em resultados concretos. O combate à violência deve passar por medidas integradas, voltadas à justiça social, ao fortalecimento das redes de proteção e à valorização dos direitos humanos como pilares centrais de qualquer ação estatal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMERICAN CIVIL LIBERTIES UNION. Letter to DC City Council on Camera Surveillance System from ACLU of the National Capital Area. 13 February 2002. Disponível em: <https://www.aclu.org/documents/letter-dc-city-council-camera-surveillance-system-aclu-national-capital-area>. Acesso em: 08 ago. 2025.

AUDI, Amanda. *Smart Sampa: Grávida é presa em posto de saúde e acaba tendo parto prematuro*. Agência Pública, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/04/smart-sampa-gravida-e-presa-em-posto-de-saude-e-acaba-tendo-parto-prematuro/>. Acesso em 03 ago. 2025.

BIGO, Didier. Globalized (in)security: the field and the ban-opticon. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Org.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 1–15, 2018. Disponível em: <https://gendershades.org/>. Acesso em: 05 ago. 2025.

DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. 15. ed. Boston: Pearson, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978–1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GENGHINI, Giovanni Augusto. *Direito de gestão de dados e polícia ostensiva: limites e possibilidades à luz da Constituição Federal de 1988*. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2025.

GROSSI, Alexandre Viezzer. A aplicação da inteligência artificial na segurança pública brasileira: o caso de São Paulo e a análise do PL nº 2338/2023. *Journal RPPC*, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2135>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.

HERMES, Pedro Henrique; LEAL, Rogério Gesta. Inteligência artificial, políticas públicas e segurança pública: aproximações e sinergias para a tutela de direitos fundamentais. *Revista de Políticas Públicas e Cidadania*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2135>. Acesso em: 08 ago. 2025.

LYON, David. *Surveillance Society: monitoring everyday life*. Buckingham: Open University Press, 2001.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Paulo Victor; SERRA, Paulo. *Tecnologia de reconhecimento facial e segurança pública nas capitais brasileiras: apontamentos e problematizações*. Comunicação e Sociedade, n. 42, p. 205–220, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cs/8111>. Acesso em: 02 ago. 2025.

METRÓPOLES. *Smart Sampa erra e aponta policial militar fardado como foragido*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/smart-sampa-e-induzido-ao-erro-e-indica-pm-fardado-como-foragido>. Acesso em 02 ago. 2025.

MOROZOV, Evgeny. *To save everything, click here: the folly of technological solutionism*. New York: PublicAffairs, 2013.

NIST. *Study Evaluates Effects of Race, Age, Sex on Face Recognition Software*. National Institute of Standards and Technology, 2019.

NUNES, Rodrigo. *Crise da democracia brasileira e arranjos jurídico-institucionais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

PANTALEÃO, Bruno; NUNES, Pablo. *Smart Sampa vigia, mas não protege: falta de evidência na redução de crimes e aumento da produtividade policial na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: CESeC, 2025.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira de poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.